TL 540

Proposta de Resolução apresentada pelos

deputados Miranda da Silva, Barros Moura, Aboim Inglês, Hurtz, Perez Royo, Efthimiou, Tapia Iglesias, Ficini

em nome do Grupo Comunista e Afins

ao abrigo do Artigo 64 do Regimento

para debate sobre questões actuais,

urgentes e muito importantes

Sobre a situação em Timor-Leste

O Parlamento Europeu,

A. Considerando a sua Resolução - Relatório Sra. V. den Heuvel, doc. A2-143/88, sobre a situação em Timor-Leste;

B. Considerando que antes, durante e depois de visita do Presidente Suharto da Indonésia, àquele território ocupado, foram presas cerca de 3.000 pessoas acusadas oficialmente de "subversão";

C. Considerando que estes factos, divulgados pelas agências de imprensa internacionais, são confirmados por meios da Igreja Católica de Timor-Leste e pelas próprias autoridades indonésias;

1) Condena vivamente as prisões, verificadas designadamente entre 26 de Outubro e 21 de Novembro, assim como outros atentados aos direitos do Homem verificados por ocasião da visita de Suharto ao território militarmente ocupado de Timor-Leste;

2) Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução aos ministros dos Negócios Estrangeiros reunidos no âmbito da Cooperação Politica, à Comissão, aos Estados Membros e aos Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN.

diese Versprechen gegeben hat, persönlich beigewohnt.

Wenn wir heute sehen, daß jeder sechste Bürger außer Landes gegangen, d. h. geflohen ist, können wir nur sagen: Hier ist ein Volk schändlich betrogen worden. Vor diesem Hintergrund ist es richtig und gut, daß wir an diese dreißig Jahre erinnern, und das allein schon darum, weil Kuba von unserem Gesichtsfeld aus leider im Windschatten der Kritik liegt. Es wird über alles mögliche gesprochen, leider viel zu wenig darüber, wie in Kuba gegen Intellektuelle, Demokraten, die Bevölkerung und all jene, die in Freiheit leben, vorgegangen wird.

Gerade in einer Zeit, in der es in der Sowjetunion Anzeichen gibt, daß der Bevölkerung dort vielleicht doch einmal etwas mehr Freiheit gegeben wird, weisen in Kuba die Zeichen in vollkommen entgegengesetzte Richtung. Dort wird die Diktatur mit härtesten Mitteln aufrechterhalten. Daher ist es für uns als Europäisches Parlament eine ganz große Aufgabe, darauf zu verweisen, daß wir überall in der Welt für Menschenrechte, Freiheit und pluralistische Demokratie eintreten. Wir müssen auch in bezug auf Kuba eine klare Sprache sprechen, wie wir sie glücklicherweise im Hinblick auf andere Länder schon gesprochen haben. Ich danke Herrn Robles Piquer, daß er unsere Entschließung zu Chile vorgelesen hat, denn um dieselben Fragen handelt es sich auch im Fall von Kuba.

(Beifall von rechts)

COSTE-FLORET (RDE). – Madame le Président, mes chers collègues, en matière de violation des droits de l'homme, l'oubli n'est pas possible. Lorsque, il y a trente ans, Fidel Castro a chassé une dictature oppressive et corrompue, il a, il faut le dire, fait lever l'espérance de son peuple. En effet, comme vient de le rappeler M. von Habsburg, il avait promis les libertés, le respect des droits de l'homme et la démocratie. Hélas, ses promesses n'ont pas été tenues et il est terrible de décevoir l'espérance d'un peuple.

C'est pourquoi nous pensons qu'il est du devoir du Parlement européen, qui s'est fait une règle de défendre les droits de l'homme partout où ils sont violés, que ce soit au Chili, en Union soviétique, en Turquie, en Pologne ou ailleurs, il est de son devoir de rappeler qu'à Cuba aussi ils devraient être observés. C'est pourquoi, après avoir déposé notre propre motion nous avons signé la motion de compromis et nous la voterons.

Ce vote signifiera deux choses: d'abord, la solidarité avec toutes les victimes d'une dictature, dont je veux dire qu'elle est encore plus oppressive et plus contraignante que la précédente et il signifiera aussi que nous voulons rappeler la nécessité de rétablir dans ce pays les droits de l'homme et de respecter les règles d'un régime démocratique.

(Applaudissements à droite)

BARROS MOURA (COM). – Senhora Presidente, refiro-me à proposta de resolução sobre a prisão de três mil cidadãos de Timor Leste pelas autoridades indonésias.

Há poucos meses aprovámos aqui, por uma larga maioria, o relatório da Senhora Deputada van den Heuvel, sobre a situação em Timor Leste.

O Parlamento Europeu defendeu então o direito à autodeterminação do povo de Timor Leste, a realização de um referendo, o fim da repressão e dos atentados aos direitos do Homem, a liberdade de circulação das pessoas e a abertura do território ao exterior, bem como a retirada militar da Indonésia como condição «sine qua non» do respeito dos direitos humanos e do exercício do direito à autodeterminação.

A resolução do Parlamento reforçou a credibilidade do Parlamento Europeu e produziu frutos. Assim, uma posição conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da CEE pôde ser tomada na ONU, assumindo a defesa de uma solução que acautele os direitos do povo de Timor Leste de acordo com o Direito Internacional. Isso não impediu que, num gesto de arrogante provocação à comunidade internacional, o presidente da Indonésia, Sr. Suharto, tenha visitado o território ocupado de Timor Leste.

Quereria apresentar a ocupação militar como facto consumado e aceite pela população. A que preço, porém, foi possível esta exibição?

As agências de imprensa acabam de anunciar que, antes, durante e depois da visita, mais de três mil pessoas foram presas pelas tropas e polícia do ocupante. Confirma-o a Igreja Católica e as próprias autoridades indonésias.

A proposta de resolução que apresentamos é um protesto contra a visita de Suharto e as prisões em massa no território mártir de Timor Leste.

Reafirmemos, pois, o direito do seu povo de escolher livremente o futuro, fora da pressão brutal do ocupante indonésio.

ROBLES PIQUER (ED). – Señora Presidenta, los vascos son socios fundadores de la nación española y en buena parte también de la francesa, como usted sabe bien. Son, por tanto, grandes europeos.

Los demás españoles nos sentimos orgullosos de ellos, desde Elcano, que dió por primera vez la vuelta

debería saberlo el señor que acaba de hacer indebidamente –en cuanto al fondo- uso de la palabra.

(Aplausos de la derecha)

(La séance, levée à 13 heures, est reprise à 15 heures)

VOORZITTER: DE HEER DANKERT

Ondervoorzitter

GAMA (PPE). – Senhor Presidente, os direitos humanos não são violados apenas para além do muro que proíbe a liberdade, pese embora o clima de novas primaveras de Praga que se anunciam. Os direitos humanos não são violados apenas nesse imenso continente africano, mapa de ditaduras, de homens divididos pela cor da pele, por heranças ancestrais e onde os exemplos da década de sessenta, iniciados pelo bom semeador Senghor, não têm encontrado a terra de semeadura da liberdade. Os direitos humanos não são violados apenas nos degraus da pobreza da América Latina, com homens a viverem de forma tão diferente dos outros homens, como se o pão da liberdade não fosse o pão das mesas de toda a gente!

Nunca condicionámos o nosso discurso ao tambor das demagogias, tambor que apenas toca quando a violação da liberdade tem lugar em terras que lhe convém. A medida do nosso voto é a medida da dignidade humana, e esta vem antes das formas de governo, sendo ela que deve condicionar a sua actuação e não ser instrumento das suas conveniências ou desmandos.

Coerente nas posições sempre assumidas, o Partido Popular Europeu, onde o CDS português de pleno direito se integra, denuncia uma vez mais a arrogância do governo indonésio que teimosamente persiste em continuar a enjaular a liberdade contra a vontade de um povo que os militares indonésios continuam a ter medo de escutar em liberdade. Pouco nos importa que grandes potências, a leste ou a ocidente, sejam benevolentes para com as autoridades de Jacarta. Elas não são donas da nossa liberdade, bem inegociável, e sem a qual a dignidade humana, bússola dos nossos comportamentos, perde o seu sentido. Em Timor vai suceder-se mais um Natal sem liberdade. É mais outro Natal que não conta com o nosso silêncio cúmplice.

IVERSEN (COM). – Hr. formand, i sommer kunne vi høre forskellige rockmusikere, bl.a. Bruce Springsteen, tage rundt i Europa og hele verden og synge om menneskerettighederne på grund af, at vi i år fejrer 40-året for Menneskerettighedserklæringen. Samtidig får vi fra Amnesty International og andre kilder meddelelse om, at myrderierne fortsætter i Iran. I Iran tager man folk, som rent faktisk har udstået deres fængselsstraf, ud af fængslerne, men for at undgå at løslade dem, skyder man dem i stedet for. Samtidig betaler Fællesskabet milliarder af kroner i restitutioner bl.a. til fetaost, som Danmark leverer til Iran. Hver gang Iran modtager 1 kilo fetaost fra Danmark, får de 8,50 krone pr. kilo fra Europas skatteydere. Jeg vil gerne direkte spørge den tilstedeværende kommissær: Vil man fra Kommissionens side for at varetage menneskerettighederne stoppe eksportrestitutionerne til Iran for at sige til dette land: I skal stoppe jeres myrderier! Det ville være et konkret eksempel på international solidaritet her og nu.

CONDESSO (LDR). – Senhor Presidente, Timor Leste volta a este Parlamento. Porquê agora? Porque a administração indonésia quer forçar a aceitação do «status quo» pelas populações locais. O presidente indonésio quer fazer visitas para mostrar normalidade onde há ocupação e violência. Não são os timorenses presos que são subversivos; é o governo indonésio que procura subverter o modo como os mauberes querem legitimamente estar no Mundo para assim os dominar. Procura-se a submissão de uns, a fuga e a destruição de outros, pela eliminação física e agora, também, pelas prisões em massa.

Este Parlamento já condenou, quer em Setembro passado, quer em Julho de 1986, o governo da Indonésia e a política agressiva de anexação e submissão do território maubere. Pesssoalmente, orgulho-me de ter então sido o primeiro deputado a apresentar uma proposta de resolução sobre este tema no Parlamento Europeu.

Também os povos do terceiro mundo, num total de 66 estados na sua maioria da África negra, integrados no grupo ACP, através dos representantes dos seus governos e em comunhão com os representantes da CEE, votaram recentemente uma proposta de resolução que apresentei à Assembleia da Convenção de Lomé em que condenam unanimemente a situação em Timor Leste.

A Assembleia Paritária, autêntica mini-ONU, demarca-se assim claramente da Indonésia e vai até mais longe do que as outras instâncias internacionais, exigindo um referendo fiscalizado por uma instância internacional imparcial, precedido de uma campanha livre, entendendo aquela Assembleia que para tal é necessária a retirada prévia das tropas indonésias de ocupação e intimidação, assim como o aceso à opinão pública da expressão clara dos vários pontos de vista. Mais entende que na organização deste debate e da votação participem, quer a Indonésia, potência administrante de facto, quer Portugal, país a quem legitimamente pertence a administração do território nos termos do direito internacional.

Senhor Presidente, enquanto esta resolução (que mereceu um apoio internacional tão alargado) não for implementada é natural que o inaceitável e o inacreditável ocorram. Mais do que condenar actos de violência, que repudiamos, exigimos que se ponha fim à causa mesma desses actos: a ocupação e a política de destruição de uma cultura e de um povo diferente, com que se pretende resolver a situação de conflito. O que está em causa é o direito à autodeterminação de um povo.

Louvamos a coragem da presidência grega na Assembleia da ONU, mas temos que fazer mais do que declarações para levar rapidamente ao cumprimento das deliberações ...

ARBELOA MURU (S). – Señor Presidente, puesto que derechos humanos hablamos y en el marco de la conmemoración de la Declaración del año 1948 estamos, digámos de una vez, y lo expreso en nombre del Grupo Socialista, que hoy en España, y desde hace muchos años, la organización terrorista ETA es la que está llevando a cabo la violación más constante, más empecinada, más absurda y más general, no solamente de uno, sino de muchos derechos humanos. Iba a decir que de todos o casi todos los que están proclamados en la Declaración del año 1948 y en el Convenio de Salvaguarda de los Derechos Fundamentales del Hombre del Consejo de Europa del 4 de noviembre de 1950.

¿Qué debemos hacer, Señor Presidente, qué podemos hacer nosotros en España? Reforzar el Estado democrático y autonómico, alabado por todos, para no dar motivo, ni siquiera pretexto, a la organización terrorista ETA. Francia debe seguir ayudándonos más de lo que lo hace, puesto que todavía no está limpio el santuario etarra, e instituciones como el Parlamento Europeo deben sancionar moralmente de todas las maneras posibles nuestra lucha de cada día. Todavía se queda corta la propuesta de nuestros colegas, que nosotros vamos a apoyar al igual que ellos han apoyado muchas veces las nuestras, cuando pide una mayor colaboración para luchar eficazmente contra el terrorismo en el Grupo de estudio Trevi; debería ser más decidida. Al tratarse de un peligro común comunitario debe buscarse también una eficacia comunitaria, tal vez en ese espacio judicial penal europeo que tanta falta nos hace.

Señor Presidente, esta mañana al final de la sesión he oído con indignación y pena –y es lamentable que no esté el diputado que antes ha intervenido- hablar y justificar la lucha de la organización terrorista ETA. ¿Pero dónde estamos, Señor Presidente? *Ubinam gentium sumus*? ¿No se han caído todavía las columnas del Parlamento Europeo cuando se dice esto? ¿Es que una minoría, que tiene el 16% o, a lo sumo, el 18% de los votos en el País Vasco, puede cambiar las urnas por ataúdes y los votos por balas 9 mm. parabellum? ¿Cuándo se ha visto algo semejante? ¿Cómo es posible todo esto?

(Aplausos)

CODERCH PLANAS (NI).– Señor Presidente, daba igual porque mi tiempo se lo hubiera podido ceder al Sr. Arbeloa Muru. Voy a decir exactamente lo mismo: sumarme en nombre del grupo de diputados del CDS, a la condena advertida en este Parlamento contra las acciones brutales de una organización terrorista que no tiene sentido ni justificación en un estado democrático y de derecho como es el nuestro. Ojalá esta sea la última vez que tengamos que hablar en esta Asamblea de una organización, como decía antes, que no tiene sentido ni justificación. El espeso silencio al que aludía esta mañana el diputado Robles Piquer, no es ya espeso, es absolutamente intolerable.

ULBURGHS (NI). – Mijnheer de Voorzitter, ik wil me aansluiten bij het betoog van de collega's Beyer de Ryke en Croux in verband met dokter Jan Cools, waarvoor ik reeds in juni een resolutie indiende die toen aangenomen werd. Deze Limburgse arts van „Artsen voor de Derde Wereld" wordt nu reeds acht maanden gegijzeld in Libanon. De familie en de Vlaamse gemeenschap leeft in onzekerheid. We willen er bij de EG op aandringen om haar invloed sterker te doen gelden. Sinds juni vragen we aan commissaris Claude Cheysson om een onderhoud met de ouders van dokter Jan Cools en met „Geneeskunde voor de derde wereld" en NORWAC. Wij vragen ook politieke en financiële steun voor de zoekoperatie naar dokter Jan Cools en tot slot doen we een oproep aan de onbekende ontvoerders van Jan Cools, omdat ter gelegenheid van Kerstmis en Nieuwjaar deze vrijlating een steentje zou bijdragen aan vrede in Libanon en ook in het Nabije Oosten.

LE PRESIDENT. – La discussion commune est close.

(Par des votes successifs, le Parlement adopte:

- la résolution commune (1) *remplaçant les propositions de résolution doc. B2-1127/88 et B2-1149/88 par un nouveau texte*

- la résolution commune (2) *remplaçant les propositions de résolution doc. B2-1128/88, B2-1136/88 et B2-1145/88 par un nouveau texte*

(1) Proposition de résolution commune déposée par M. Newens, au nom du Groupe socialiste et M. Pranchère, au nom du Groupe communiste et apparentés.
(2) Proposition de résolution commune déposée par M. Motchane, au nom du Groupe socialiste, M. Pranchère et consorts, au nom du Groupe communiste et apparentés et M. Nitsch, au nom du Groupe Arc-en-ciel.